T20 POLICY BRIEF

Força-tarefa 01
COMBATE ÀS DESIGUALDADES, À POBREZA E À FOME

Repensando a Economia do Cuidado para uma Transição Justa na América Latina

Cecilia Alemany, Diretora regional adjunta, ONU Mulheres para as Américas e o Caribe, doutoranda pela Universidade Complutense de Madrid
Flora Partenio, Professora titular e diretora, Centro de Estudios de la Sociedad Digital de la Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales Universidad Nacional de San Martín (UNSAM) (Argentina)
Verónica Serafini, Especialista em gênero e macroeconomia, Latindadd (Paraguai)
Ariel Wilkis, Reitor, Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales Universidad Nacional de San Martín, Pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) (Argentina)
Luis Miguel Galindo, Professor, Facultad de Economía Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) (México)
Fernando Lorenzo, Membro do Conselho, Centro de Investigaciones Económicas (Cinve) e Presidente da Red Sudamericana de Economía Aplicada/Red Sur (Uruguai)

TF01

TF01

Este Policy Brief foi originalmente produzido em inglês e publicado pelo T20 durante a presidência do Brasil, Task Force 01 "Combate às desigualdades, à pobreza e à fome", subtema 6: "Combate à discriminação de género e às desigualdades, e repensar a economia do cuidado", em setembro de 2024.

Foi posteriormente traduzido para espanhol e português pela Red Sur no âmbito do projeto: "Elevando e conectando pesquisas da América Latina e África para informar o G20 e a COP30: dívida pública, cuidados e mudança climática", com o apoio do IDRC do Canadá em outubro de 2024, e integra a referência à presidência do G20 da África do Sul nas recomendações e pequenas atualizações dos impactos esperados. Por isso, foram integrados os logótipos das instituições que lideraram o T20 sob a presidência do Brasil.

Resumo

"Se tudo continuar igual, não estaremos no caminho certo para alcançar a igualdade de género até 2030." (Nações Unidas, 2023). Embora as políticas e os mecanismos de financiamento existentes busquem apoiar a recuperação e promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os avanços são limitados pelas desigualdades estruturais entre os países e dentro dos países em desenvolvimento. Desde a Covid-19, há um entendimento crescente entre os stakeholders de que a agenda do cuidado é uma condição para se promover a igualdade de gênero e reduzir a pobreza. Na América Latina e no Caribe (ALC), a pandemia impactou a participação das mulheres na economia de maneira desproporcional. Elas continuam desproporcionalmente desempregadas, subempregadas, trabalhando na economia informal ou vivendo em domicílios sem renda. Uma transição justa requer reformas substanciais nos mecanismos de financiamento e nas estruturas de gestão financeira pública, bem como novas políticas produtivas para transformar todos os setores e, particularmente, o setor de cuidados. O trabalho do cuidado não remunerado exercido pelas mulheres não apenas reduz as oportunidades econômicas, sociais e políticas disponíveis a elas, mas também não é contabilizado no PIB, o que subestima a contribuição total das mulheres para a sociedade (Nações Unidas, 2023). Na ALC, grande parte das mulheres trabalha no setor informal e continua pobre, lutando contra o impacto das múltiplas crises e da transição para a economia digital. Investir em políticas e sistemas de proteção social e assistência integral tem múltiplos efeitos, gerando empregos, bem-estar e receita e reduzindo a pobreza e a desigualdade.

Este policy brief traz uma síntese de recomendações ao G20 e aos governos sobre como enfrentar esses desafios, transformar a economia e promover o desenvolvimento sustentável sob a ótica do cuidado, da igualdade de gênero, da coesão social, da transição climática, da gestão da dívida pública e da sustentabilidade financeira.

Palavras-chave: Direitos das mulheres. Discriminação. Políticas e sistemas de assistência. Trabalho não remunerado. Igualdade de gênero. Raça. Mudanças climáticas. Sustentabilidade da dívida. Trabalho decente.

Diagnóstico

Tanto o documento do G20 "Rumo a e Além da Meta de Brisbane", com foco em igualdade de gênero, quanto às declarações recentes dos líderes do G20 incluem vários compromissos "para usar todas as ferramentas disponíveis, pelo tempo que for necessário, para lidar com as consequências adversas da pandemia, especialmente sobre os mais afetados, tais como mulheres, jovens e trabalhadores informais e pouco qualificados, e sobre as desigualdades" (Declaração dos líderes do G20, 2021, 3º parágrafo). Além disso, reafirmam a necessidade de se promover o trabalho decente e fortalecer os sistemas nacionais de saúde e os serviços de atenção primária à saúde (Declaração dos líderes do G20, 2021, 8º parágrafo).

Para os líderes do G20, alcançar a igualdade de gênero depende do "aprimoramento dos serviços sociais, de saúde, de assistência e educacionais, superando os estereótipos de gênero e a distribuição desigual do cuidado não remunerado e do trabalho doméstico" (Declaração dos líderes do G20, 2021, 33º parágrafo). Em 2023, a declaração dos líderes do G20 em Nova Delhi promoveu uma grande mudança no sentido de abordar as desigualdades estruturais e investir na infraestrutura de cuidados acessíveis para lidar com a distribuição desigual do cuidado remunerado e não remunerado e do trabalho doméstico, de forma a promover a participação das mulheres na educação, no emprego e em toda a sociedade (Parágrafo 64, iv).

Na América Latina e no Caribe, a pandemia afetou desproporcionalmente a participação das mulheres na economia e elas continuam desproporcionalmente desempregadas, subempregadas, trabalhando na economia informal ou vivendo em domicílios sem renda. A proporção de mulheres que não têm renda é 2,6 vezes maior que a de homens (CEPAL-ONU Mulheres, 2024). Além disso, as mulheres continuam super-representadas na economia do cuidado, tanto no desempenho do trabalho não remunerado quanto no do remunerado. Entre os países da região, os dados sobre o uso do tempo mostram que as mulheres gastam três vezes mais horas do que os homens no exercício do trabalho de cuidado (CEPAL-ONU MULHERES, 2024). As evidências sugerem que, na ALC, o trabalho do cuidado não remunerado representa em média de 16% a 23% do PIB (CEPAL). No entanto, a economia do cuidado ainda não é entendida como um setor produtivo per se, e os incentivos para o setor são muito fracos ou inexistentes.

Além disso, o financiamento do cuidado e do clima é incipiente e requer financiamento justo. Por exemplo, entre os países da ALC, as principais intervenções de política com foco no cuidado (licença-maternidade remunerada) são financiadas com contribuições sociais do trabalho formal, enquanto a maioria das mulheres está fora da força de trabalho ou em ocupações informais. Por outro lado, o financiamento climático pressiona pelo aumento da dívida em um contexto de alto endividamento, mas de pressões fiscais baixas e desiguais. Novas pesquisas apontam que os estados têm uma "dívida" oculta com as mulheres por perdas causadas pela pandemia, com impactos sobre mulheres de todos os setores e, crescentemente, sobre aquelas que enfrentam múltiplas discriminações e estão diante de crises migratórias e de mudanças climáticas (tais como mulheres indígenas, rurais, afrodescendentes e em mobilidade), incluindo eventos climáticos extremos e insegurança alimentar (OIM, 2022).

Durante a pandemia da Covid-19, não foi só a crise do cuidado que se intensificou (Rodríguez Enríquez, 2020), mas também a dinâmica do endividamento privado relacionado ao cuidado, gerando uma sobrecarga de trabalho não remunerado e um aumento da pobreza de tempo para mulheres, lésbicas e trans (Tumini e Wilkis, 2022; Partenio, 2022). Nos domicílios mais pobres, essa crise é muito mais evidente. É possível perceber como a sobrecarga do cuidado não remunerado está vinculada ao estresse por dívida e à falta de acesso à proteção social para mulheres, lésbicas e pessoas trans. "Os perfis críticos são aqueles em que se combinam uma situação estrutural, experiências trabalhistas precárias, permanência em empregos não registrados e alta demanda de cuidados no domicílio.

As situações mais urgentes estão em quase todos os domicílios onde as mulheres são chefes de família e estão desempregadas ou trabalham em empregos informais, sem receber pensão alimentícia dos pais e nenhum serviço público de cuidados. Esta situação também é crítica em lares com pessoas com deficiência" (Partenio e Wilkis, 2024, p. 203).

Novas pesquisas relacionam a falta de serviços públicos de assistência ao endividamento das mulheres e a vulnerabilidades climáticas, com impactos sobre o acesso delas ao trabalho decente e a integração das mulheres na mobilidade. Esses estudos mostram como a falta de infraestrutura urbana e de acesso a serviços básicos para sustento doméstico (e cuidados) aumenta a pobreza energética das mulheres, e são elas que se endividam para garantir esses serviços e o cuidado para suas famílias. Tais estudos também mostram como a falta de investimento em infraestrutura urbana torna as mulheres mais vulneráveis a desastres climáticos. A crise climática pode forçar os países a tomar empréstimos para financiar a mitigação e a adaptação em um contexto de dívida e restrições fiscais. Isso reduz as possibilidades de financiamento das políticas.

Recomendações

A pobreza energética e a pobreza de tempo são formas de pobreza que as mulheres enfrentam, além da pobreza de renda e de todas as formas de discriminação e misoginia. Diante disso, incentivos e políticas focalizadas nessas formas de pobreza e discriminação, ao mesmo tempo em que promovem o trabalho decente, podem contribuir para uma transição justa. O Grupo de Trabalho de Empoderamento das Mulheres (Women's Empowerment Working Group - WEWG) do G20, sob a Presidência do Brasil, estabeleceu os alicerces para o trabalho em 2024 ao reconhecer que "o trabalho doméstico não remunerado das mulheres e suas rendas mais baixas no mundo do trabalho atuam para manter as desigualdades econômicas entre mulheres e homens" e ao mostrar como, quando se consideram as diferenças raciais, as desigualdades se intensificam interseccionalmente (Nota da Edição, p. 7-8). Tal análise reflete a discriminação das mulheres no Brasil e em todo o continente e tem paralelismos em outras regiões, incluindo em países desenvolvidos, onde os cuidadores são frequentemente migrantes, afrodescendentes, indígenas ou mulheres rurais.

Considerando que o cuidado pode ser definido como um bem público, segundo Sanchís e colaboradores (2020), e que atualmente é analisado como um potencial direito humano autônomo pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, o G20 no Brasil deve fazer avançar a visão internacional sobre a construção de uma sociedade do cuidado no debate latino-americano sobre o tema.

Enquanto 14 países latino-americanos estabelecem políticas de cuidado seguindo o roteiro do definido no "Compromisso de Buenos Aires", sistemas de cuidado abrangentes exigem a compreensão das prioridades de financiamento no âmbito de uma gestão financeira pública mais ampla, interseções e compensações.

As recomendações apresentadas ao G20 nas presidências do Brasil e da África do Sul para os anos de 2024 e 2025 são pelo menos 10:

O G20 deve incorporar a análise interseccional de raça e gênero proposta pelo G20-WEWG em todos as linhas, temas e grupos de trabalho em 2024 e além.

As políticas econômicas têm vieses de gênero, incluindo o sistema tributário, a análise da sustentabilidade da dívida e as regras fiscais, e por isso precisam incorporar uma abordagem de gênero transformadora, assim como o financiamento climático também precisa. A necessidade de fornecer mais e melhores bens públicos (como o cuidado) deve ser considerada pelo G20 nas recomendações envolvendo o redesenho dos instrumentos fiscais, o que por sua vez implicará no aumento das pressões fiscais. Muito provavelmente, a demanda de recursos públicos deve aumentar em escala global, de modo que os esforços nacionais nessa área terão de ser desenvolvidos em paralelo com o avanço na cooperação internacional em matéria tributária. As estruturas de sustentabilidade ambiental e social devem incorporar políticas de cuidado como condição para promoção da igualdade e precisam ser consideradas simultaneamente com a sustentabilidade intertemporal das finanças públicas.

Conforme apontam Galindo e Lorenzo (2023), além das vantagens financeiras óbvias que derivariam dessas novas práticas financeiras, haveria os benefícios reputacionais intangíveis dos países em desenvolvimento ao aderir aos esforços internacionais de mudança climática.

As políticas de gestão financeira pública, assim como todas as políticas e os esforços contínuos de redução da pobreza e das desigualdades, no sentido de promover o desenvolvimento e o financiamento sustentáveis, devem abranger políticas de cuidado mais amplas como meio e condição para superação das desigualdades estruturais de gênero e raça existentes. Ademais, é preciso integrar a variável do cuidado em acordos macroeconômicos e de mudança climática do G20 e nas fases nacionais de planejamento, design, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, incluindo os instrumentos de planejamento macroeconômico, como modelos de equilíbrio geral e a matriz de contabilidade social (ONU Mulheres, 2020).

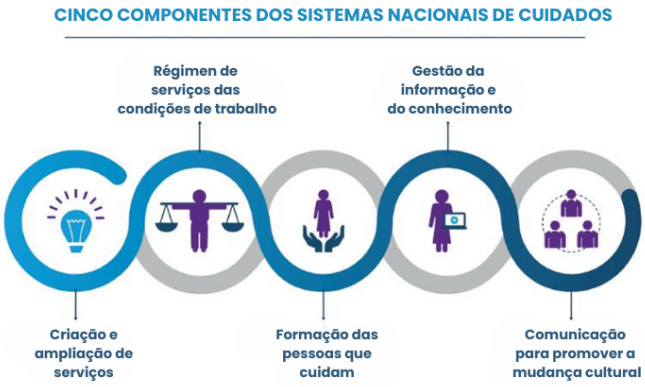
É preciso adotar medidas para além do PIB para o financiamento do desenvolvimento e de padrões de cooperação internacional, considerando indicadores específicos de gênero que meçam e comparem de forma adequada a situação de mulheres e homens em todas as áreas da vida (ONU, 2023). É preciso produzir dados desagregados por sexo e pesquisas nacionais regulares sobre o uso do tempo, incluindo contas satélite relativas à economia do cuidado e meio ambiente como parte das medidas do PIB.

Deve-se promover uma compreensão mais profunda do cuidado como um setor produtivo capaz de reproduzir ou reduzir desigualdades.

O desenvolvimento estratégico de cadeias de valor do cuidado em nível regional e global precisa fazer parte de uma transição justa, assim como os incentivos produtivos e as reformas promovidas pelo G20.

Analisar e desenvolver tais cadeias de valor de uma perspectiva de gênero e raça devem fazer parte das iniciativas globais do G20 para reduzir a fome e a pobreza, bem como de esforços coordenados com foco em migração e Mobilidade.

O G20 deve reforçar o papel do Estado como regulador e dos setores público e privado como corresponsáveis na transformação do mercado de trabalho, de maneira a permitir a reconciliação do trabalho remunerado com o cuidado não remunerado, promovendo a corresponsabilidade social entre as famílias, o Estado, o mercado e a comunidade. Para além de serviços de cuidado conforme definidos nas declarações de líderes anteriores, o G20 deve promover políticas e sistemas de cuidado abrangentes, bem como mecanismos de financiamento para investir em políticas transformadoras de gênero com foco em cuidado, mudanças climáticas, trabalho decente e sistemas alimentares. Tais políticas e sistemas devem abranger pelo menos cinco componentes: 1) criação e expansão de serviços de cuidado; 2) regulamentação de serviços de cuidado e respectivas condições de trabalho; 3) profissionalização de cuidadores remunerados; 4) gestão de informação e conhecimento; e 5) comunicação para a mudança cultural e a corresponsabilidade (ONU Mulheres-ECLAC, 2021, p. 28-29).



Fonte: ONU Mulheres-ECLAC, 2021.

Swaps de dívidas por cuidados e mudanças climáticas podem ser apoiados por membros do G20 em negociações de swaps existentes. Estudos recentes mostram que é necessário, em média, 1,5% de investimento do PIB para definir e fortalecer sistemas nacionais de cuidado. Esse valor pode representar o limite inferior para alguns países, mas também pode vir de um ajuste nas estruturas atuais de gastos públicos (Galindo e Lorenzo 2023). É necessário garantir que os esforços de ação climática resultantes de Delhi e da Presidência Brasileira abranjam a intersecção entre mudança climática e cuidado (como prioridade política e em termos de financiamento) como condição para alcançar a igualdade de gênero. É fundamental promover a participação das mulheres em toda a sua diversidade na construção de diferentes alternativas de desenvolvimento lideradas por mulheres. O G20 deve encorajar a participação efetiva de grupos e organizações de mulheres indígenas em órgãos decisórios, uma vez que combinam conhecimento tradicional e inovação e estão na vanguarda da resposta à ação climática, embora vivendo na pobreza e sem acesso a mecanismos de financiamento internacionais.

Os líderes do G20 devem considerar a economia gig e o impacto das plataformas digitais no cuidado nos esforços existentes para aumentar a participação das mulheres na economia digital. Estudos recentes mostram a importância da criação de um novo padrão internacional de trabalho para apoiar o trabalho decente na economia de plataforma (OIT, 2024).

Em relação ao acesso ao sistema de proteção e assistência social, seria fundamental considerar o investimento em infraestrutura digital pública para acesso a benefícios sociais. Seria importante considerar as contribuições de grandes empresas de serviços digitais para financiar infraestrutura digital pública em países em desenvolvimento (GDJF, 2023).

Cenários

A conscientização sobre a importância da sustentabilidade ambiental e social, incluindo igualdade de gênero e cuidado, está pouco a pouco levando a uma mudança de paradigma nas finanças globais como resultado da Agenda 2030.

Em vez de serem vistas como um custo, as políticas de cuidado começam a ser consideradas um bem público, um direito e um setor produtivo emergente. Os retornos diretos e indiretos dos investimentos em políticas de cuidado e infraestrutura assistencial podem ser estimados por meio da geração de empregos e impostos e seus retornos positivos sobre a autonomia das mulheres, o PIB, a redução da pobreza e a sustentabilidade da previdência social contributiva.

Combinar políticas ambientais, de gênero e de cuidado como parte da gestão da dívida, com reformas tributárias e incentivos produtivos em todos os setores deve contribuir para um sistema de políticas mais coerente no sentido de avançar os ODS para além de 2030.

Investir em sistemas e políticas de cuidado deve acarretar mais bem-estar para aqueles que necessitam de assistência de todas as gerações e melhores condições para aqueles que cuidam. A corresponsabilidade também implica um acesso mais igualitário aos serviços de cuidado em todas as fases da vida para todas as pessoas, com custos compartilhados entre o estado, o setor privado, as famílias e as comunidades, e mecanismos de valor e financiamento mais fortes para iniciativas lideradas pela comunidade. A corresponsabilidade, por meio de políticas nacionais de cuidado, levaria a uma participação mais extensa dos homens no trabalho de cuidado (remunerado e não remunerado), promovendo papéis mais iguais e equilibrados e reduzindo as desigualdades no trabalho.

Nesse cenário, vários impactos diretos foram analisados e quantificados para políticas de assistência nacionais e subnacionais selecionadas no âmbito da América Latina e Caribe:

1) Investimentos no desenvolvimento humano por meio de cuidados infantis devem aumentar as oportunidades educacionais e de saúde atuais e futuras das crianças, além da produtividade e renda ao longo da vida.

2) Melhoria do desenvolvimento e das oportunidades de trabalho para pessoas com deficiência e dependências.

3) A regularização de empregos informais remunerados de assistência deve melhorar os direitos e as condições dos trabalhadores, aumentando o consumo e as receitas fiscais.

4) A participação das mulheres no mercado de trabalho formal aumenta, o que também contribui para a redução da pobreza e uma sociedade mais integrada, com menores riscos econômicos e sociais e maior resiliência às mudanças climáticas.

5) A profissionalização dos trabalhadores da saúde impacta a qualidade dos serviços de saúde e as futuras oportunidades de trabalho para mulheres e grupos marginalizados.

6) A contribuição dos cuidadores para os sistemas de seguridade social aumenta, assim como seu próprio acesso aos serviços de assistência.

7) Os custos do sistema de saúde são potencialmente reduzidos.

8) O reconhecimento de que o trabalho do cuidado não remunerado dá uma contribuição genuína para a economia e a sociedade aumenta a corresponsabilidade e a renda nacional.

9) Promove-se a redução da pobreza e das desigualdades.

O aumento da prioridade fiscal decorrente do maior financiamento climático e do cuidado, apesar da pressão sobre os gastos e dos conflitos com as regras fiscais e a sustentabilidade da dívida, deve gerar retornos positivos que normalmente não são considerados na avaliação de políticas de curto prazo.

O G20 e outras organizações internacionais devem incorporar esta agenda para repensar a economia e construir uma transição justa em direção a sociedades de cuidado.

Referências

Bohoslavsky, Juan Pablo. "The explosion of household debt: Curse or blessing for human rights?", *Human rights quarterly* 43(1) (2021): 1–28.

Bohoslavsky, Juan Pablo y Rulli, Mariana. (Coords.). *Feminist Sovereign Debt: Utopia or Oxymoron?* Bristol University Press 203 (2024).

CEPAL. *Compromiso de Buenos Aires, XV Conferencia de América Latina y el Caribe sobre la Mujer*. Buenos Aires, novembro, 2022.

CEPAL/Ministerio de Economía de Argentina. *Primer informe sobre endeudamientos, géneros y cuidados en la Argentina*. Documentos de Proyectos (LC/TS.2023/58, LC/BUE/TS.2023/5). Santiago de Chile, 2023, https://shorturl.at/jnrW8

CEPAL/ONU MUJERES. L*a Agenda 2030 de Desarrollo sostenible y la Agenda Regional de Género en América Latina y el Caribe: indicadores de género 2023*. (LC/TS.2024/19). Santiago, 2024.

Cotidiano Mujer, IECON – Instituto de Economía de la Facultad de Ciencias Económicas y de Administración (FCEA-UdelaR), e ONU Mujeres. *La Pandemia en Uruguay: ¿Cuál ha sido el costo para las mujeres?* Relatório redigido por Verónica Amarante, Paola Azar, Jéssica Schertz e Andrea Vigorito. Montevideo, Dezembro de 2023, disponível em:

https://www.cotidianomujer.org.uy/wp-content/uploads/2023/12/2023-Pandemia-en-Uruguay_07.pdf

ELA. *¿Por qué Argentina necesita un sistema integral de cuidados?* Visto em 22 de março de 2023: https://shorturl.at/lruzL

Galindo, Luis Miguel e Lorenzo, Fernando. *Climate change, fiscal risks and public debt management in Latin America*. Red Sur Working Paper No 2/2023. Red Sur (2023), 24-32.

G20 Women's Empowerment Working Group. G20 Brasil, *Issue Note 2024*.

G20. *New Delhi leaders' declaration*, New Delhi, India, 9-10 de setembro, 2023.

G20 leaders statement, Roma, Italia, 2021.

Global Digital Justice Forum. Submission of Inputs for the Global Digital Compact by the Global Digital Justice Forum, abril, 2023: https://www.un.org/techenvoy/sites/www.un.org.techenvoy/files/GDC-submission_Global-Digital-Justice-Forum.pdf

Naciones Unidas. *Valuing What Counts: Framework to Progress Beyond Gross Domestic Product*. Our Common Agenda Policy Brief 4, maio, 2023.

ONU Mujeres y CEPAL. *Hacia la construcción de sistemas integrales de cuidados en América Latina y el Caribe*. *Elementos para su implementación*. Novembro, 2021, 8-32.

ONU Mujeres. *Financiamiento de los sistemas integrales de cuidados. Propuestas para América Latina y el Caribe*. 2022, 25-31.

ONU Mujeres y CEPAL. *Cuidados en América Latina y el Caribe en tiempos de COVID-19. Hacia sistemas integrales para fortalecer la respuesta y la recuperación*. Policy Brief 1.1., 19 de agosto, 2020, 1-11.

Organización International del Trabajo (OIT). *Realizing Decent Work in the Platform Economy*. Enero, 2024: https://www.ilo.org/resource/conference-paper/ilc/113/realizing-decent-work-platform-economy

Organización International de Migraciones (OIM). *Mapeo sobre Migración, Medio Ambiente y Cambio Climático en América del Sur.* Secretaría Técnica de la Conferencia Suramericana sobre Migraciones (ST-CSM), OIM para América del Sur, Buenos Aires, 2022.

Partenio, Florencia. "Deudas, cuidados y vulnerabilidad: el caso de las mujeres de hogares de clases populares en la Argentina." *Documentos de Projectos* (LC/TS.2022/56-LC/BUE/TS.2022/2) CEPAL. Santiago do Chile, 2022.

Partenio, Florencia y Wilkis, Ariel. "Where a Right Fails, a Debt Increases: Gender Inequalities and Economic Vulnerability of Women and LGTBQ+ Groups." *Feminism in Public Debt: A Human Rights Approach*, coord. por Juan Pablo Bohoslavsky, Mariana Rulli; Diane Elson (pr.) (2024): ISBN 978-1-5292-3729-0, págs. 197-210.

Rodríguez Enríquez, Corina. "Elementos para una agenda feminista de los cuidados." *Miradas latinoamericanas a los cuidados*, coord. por K. Batthyány. Buenos Aires y México: CLACSO-Siglo XXI, 2020.

Sanchís, Norma. "Ampliando la concepción de cuidado: ¿privilegio de pocxs o bien común?" *El cuidado comunitario en tiempos de pandemia...y más allá*. Norma Sanchís (comp.). Buenos Aires: Asociación Lola Mora-Red de Género y Comercio, 2020.

Tumini, Lucía y Wilkis, Ariel. "Cuidados y vulnerabilidad financiera: un análisis a partir de la Encuesta Nacional de Endeudamiento y Cuidados (ENEC) en Argentina". Documentos de Projetos (LC/TS.2022/61-LC/ BUE/TS.2022/1), CEPAL. Santiago do Chile, 2022.